

RESENHA – REVIEW – RESEÑA

A FRÁGIL DEMOCRACIA: SIMONE WEIL E O FIM DOS PARTIDOS POLÍTICOS

THE FRAGILE DEMOCRACY: SIMONE WEIL AND THE END OF POLITICAL PARTIES

LA FRÁGIL DEMOCRACIA: SIMONE WEIL Y EL FIN DE LOS PARTIDOS POLÍTICOS

“Sobre a supressão geral dos partidos políticos”, de Simone Weil, seguido de “Partido, cultura, futuro”, de Teixeira Coelho (São Paulo, Ed. Iluminuras, 2018, 269 p.)

Se concordarmos com a tese nietzschiana de que o mundo apolíneo¹ das filosofias da história, genericamente falando, aquele da Moral, da Razão e da Verdade; e, além desse mundo criticado por Nietzsche, também pactuarmos com o de Jean-François Lyotard (1989), segundo o qual as metanarrativas ruíram (diante da exuberância caótica de celebração dionisíaca), resta pouco da democracia representativa. Pelo menos é o que dá a entender uma espécie de manifesto da filósofa francesa Simone Weil (1909-1943) em “Sobre a supressão dos partidos políticos” (2018), livro da editora Iluminuras, com elaboração, tradução e posfácio do professor, ensaísta, curador e romancista Teixeira Coelho. É mesmo o que parece: sonhamos com a democracia, mas vivemos no niilismo (de variada conotação). Esboroaram-se as nossas crenças em uma democracia real, solidária e pacifista. Assim grita o libelo de Simone Weil.

A democracia - como governo soberano de um povo -, não querendo tomá-la de um ponto de vista demasiadamente histórico, mal se equilibra entre uma realidade política empírica e uma realidade “imaginária”. E o pior: não temos, institucionalmente falando, nada para substituí-la. Daí o niilismo, que não se configura em regime político, obviamente, mas, por outro lado, permite-nos interpretar este vazio ou limbo democrático, de várias facetas e configurações. Uma

¹ Nietzsche (2002) relacionava o mundo olímpico-apolíneo ao espírito triunfante. Considerava Apolo, ao contrário de Dionísio (o Deus da embriaguez estética), um Deus Pai, no sentido de Poder, Força e Conhecimento.



dessas nuances é, precisamente, isso que Weil nos instiga a refletir sobre uma possibilidade - não aventada antes na democracia - que é a supressão dos partidos políticos. Apesar de curto (longe de ser um demérito), o livro que Teixeira Coelho montou, com dois textos de Weil e um posfácio dele mesmo, funciona (a golpes de marreta).

A democracia, que, conceitualmente, traz embutida a ideia de representação², está, para dizer o mínimo, agonizante. E Weil já deixara isso bem claro, na primeira metade do século passado, ao criticar os partidos políticos. A questão não é nem a de aceitar ou não uma sociedade “democrática”, mas sim o fato de vermos um imaginário democrático que se esvai pelo ralo, sujo, como representativo da função pública. Para Simone Weil, há uma justificativa para essa descrença na democracia: ela conheceu, pessoalmente, a mortandade que foi a Segunda Guerra mundial. O modelo partidário - isso porque os partidos não representariam mais nada ou ninguém -, portanto, não promoveriam o “bem”, a não ser de seus próprios integrantes, conforme a ideia central neste primeiro texto de Simone Weil.

Um dos pontos destacados pela filósofa francesa é o sentido atribuído ao termo (“partido”) no continente europeu, que não é o mesmo, por exemplo, da realidade anglo-saxônica: “Não é transplantável” (WEIL, 2018, p. 11). Ela explica, também, que, para além das diferenças de sentido, longe de ser o nosso ponto aqui, a ideia de partido era algo a se evitar no início de sua formação, ao redor de 1789, na França, por ter se transformado em opinião única e, no limite, totalitária. “De um lado, como legado do Terror e, de outro, por influência do exemplo inglês, foi que os partidos se instalaram na vida pública europeia”, afirma Simone Weil (2018, p. 12). Weil, recuperando o sentido original do termo, questiona, então, se não seriam os partidos “o mal em estado puro ou quase” (2018, p. 13). Não se perde nada de bom com a supressão deles, conforme Weil.

NIETZSCHE E O NIILISMO

A prova da falência dos partidos políticos, mas que Simone Weil não o afirma dessa maneira, é o niilismo. Nietzsche (2011), que era niilista, apontara que a forma suprema de niilismo é a derrocada do mundo metafísico, o mundo da moral socrática que desacreditou nos deuses (como no mito de Prometeu). O metafísico é

² Aqui refiro-me ao modelo que nos foi legado pela versão romana das esferas pública e privada, conforme Habermas (1984, p. 15).

tomado, dessa maneira, como um racionalismo da moral punitiva que devemos aceitar por penitência (em rápidas palavras). Se quisermos avançar na reflexão da racionalidade metafísica, teríamos que investigar, além de Nietzsche, a filosofia de Heidegger, sobretudo em “Ser e tempo”. Mas, não sendo nosso intuito aqui, e antes de voltarmos para Simone Weil, tentaremos justificar a relação entre o fim dos partidos (em tese) com o ultrapassamento da metafísica *sob* o niilismo de cunho nietzschiano, primeiramente.

Isso porque o partido, tomado no sentido metafísico de uma Verdade política, que é o mesmo ponto a ele atribuído por Simone Weil, não tem mais um caráter divino. O partido é, grosseiramente falando, um conceito que apontaria para as “falsas divindades” (este termo é de Nietzsche, no capítulo sobre o “Niilismo europeu”, em “Vontade de potência”, 2011, p. 144) da democracia política representativa. Ora, a metafísica nos faz acreditar tanto na ideia de um mundo além do nosso tempo, vivido entre o Céu e o Inferno, quanto na natureza boa e justa, por extensão, da remissão dos pecados e de conceitos morais como a democracia. Assim, teríamos um sentido moralista tanto da democracia representativa quanto dos partidos políticos. Simone Weil, em uma interpretação original, não vê nenhum sentido em mantê-los. “É preciso, portanto, inventar outra coisa” (WEIL, 2018, p. 41).

Para Simone Weil, e aqui prosseguimos nessa relação entre o niilismo e o ultrapassamento da metafísica, “os partidos são máquinas para fabricar a paixão coletiva” (2018, p. 30). O que Nietzsche, por sua vez, percebe no comportamento humano, por extensão na criação dos partidos políticos, é que se julgou demasiadamente a sério, numa certa ocasião, a linguagem (a de “partido”, por exemplo) como forma supra-humana de comunicação para “a felicidade do maior número” (2011, p. 141). Porém, advém o fatalismo, e perguntamo-nos: “Para quê?” (NIETZSCHE, 2011, p. 141). O cânone superior, que aqui relacionamos ao ideal de democracia representativa e dos partidos políticos que o sustentam, porém, não se realizou. Esse é o niilismo: não há qualquer fundamento (mesmo o de um partido) para acreditar no fundamento (NIETZSCHE, 2011, p. 144).

DINÂMICAS CULTURAIS

Passemos para outro pensador alemão que influenciou o debate sobre vocação política na sociedade moderna. Max Weber (2002), autor da famosa tese do “desencantamento do mundo”, dizia que, para haver legitimidade no poder,

deveriam existir três coisas: respeito à tradição (1), confiança carismática no chefe (2) e reconhecimento das regras de um povo (3). Parece que hoje, tomando-se essas considerações de Weber como as de um ideal democrático, já não o há mais (se é que houve algum dia). Por isso Weber nos ajuda a pensar em uma fragilidade democrática, uma vez que na sua democracia (no sentido de um regime ideal ou, utopicamente, de um “melhor possível”), aquela tríade conceitual se esfumou. Logo, o Estado utópico weberiano seria um estado de “domínio” (domínio como condição de aceito ou predominante), portanto. Porém, a partir do momento em que ele conclui que seu ideal de Estado inexistente, o mundo desencanta-o. Mesmo não estando, propriamente, desencantado, Teixeira Coelho parece concordar com Simone Weil nisto: “Os partidos políticos não são um bem – pelo contrário, são o mal, e o mal absoluto – tampouco o é a democracia em si e por si só, aquela que se justifica com a formalidade das eleições ‘livres’” (COELHO, 2018, p. 102).

Vivemos, ainda de acordo com Teixeira Coelho, uma época marcada por uma sensibilidade pós-moderna. Para o autor de “Com o cérebro na mão”³, é razoável que pensemos nas noções atuais dessa cultura pós-moderna, incluindo as contingências político-partidárias - na linha de raciocínio da tese da supressão dos partidos políticos por parte de Simone Weil - como um crepúsculo das estruturas fixas da modernidade: Governo, Estado e Política. Também em “A cultura e seu contrário” (2008), Teixeira Coelho propõe um olhar para a forma dinâmica da construção cultural – de novo, a dinâmica de supressão dos partidos políticos, por exemplo, que antes pareciam estáveis - voltada para o “pensar a diferença” (em seus variados modos e versões, e, por que não? também na mundivisão política de Simone Weil).

Explica, ainda, e para finalizar esse tópico, que essa dinâmica cultural é um dos aspectos da globalização, uma etapa da “cultura flutuante” (COELHO, 2008). Trata-se de um movimento de trocas rápidas e contínuas de informações e aceleração do tempo da vida e do mundo, no qual a cultura revela-se na condição de sistema ou “constelação intrinsecamente flutuante e móvel” (COELHO, 2008, p. 53). Sejamos claros: e o que tem a ver isso com Simone Weil? É porque, simplesmente, os partidos políticos também estão inseridos nisso que Teixeira Coelho denominou flutuação, igualmente.

³ Teixeira Coelho refere-se ao *smartphone*, para ele nosso outro cérebro. O primeiro é o que está na cabeça, entre os ombros.

TÉCNICA E “ARMAÇÃO”

Nessa questão dos partidos políticos pelo viés de Simone Weil, tomando-os como representativos de uma democracia, consideramos fulcral recuperar Heidegger, mencionado, rapidamente, antes. Heidegger é autor da tese da “armação”, um de seus principais conceitos, diga-se de passagem. Técnica e “armação”, para Heidegger, são a forma de vida ordenada, uniforme, calculável e automática. Tomava-se, assim, o partido e a democracia como princípios inabaláveis, quando, por outro lado, na linha de raciocínio heideggeriana, talvez pudessem ser apenas fenômenos, isso porque “a questão da existência só poderá ser esclarecida sempre pelo próprio existir”, conforme Heidegger (2015, p. 48).

E é precisamente aqui que buscamos essa relação entre Heidegger e Simone Weil. Ora, não é o conceito de existir (no sentido heideggeriano visto há pouco) o mesmo aporte filosófico de partido político para Simone Weil? Um partido político apenas como fenômeno, portanto, é também efêmero, e só se justifica no seu existir. Mas, para Simone Weil, o fenômeno chamado “partido político” não existia mais. O mesmo se pode inferir do “existir” na democracia. É que, por não existir mais democracia e partidos políticos que a justifiquem, esta mesma democracia como fenômeno, em termos heideggerianos, são voláteis. Logo, a existência tanto da democracia quanto do partido apontaria para seu próprio fim dentro de uma lógica paradoxal de cunho heideggeriano. Vejamos outro ponto que corrobora com a tese de Simone Weil sobre, em última instância, a anomalia do partido político.

Pergunta-se: o que sobrou da identidade fixa, da emancipação social, da cidadania participativa, do metarrelato histórico e do moralismo religioso? Estes são traços contemplados no chamado Projeto da Modernidade, para muitos ainda tardia, que se deparam, ao contrário, com a fragmentação dos indivíduos, a sociologia orgiástica, o retorno do emocional, o apelo ao sensível e o viver aqui-e-agora (o presenteísmo maffesoliano). Isso porque, na atualidade, o *afetual* é a maneira de reordenar o conhecimento. O princípio pós-moderno é o de considerar o tempo como estando ao alcance de nossa vida, da vida humana, e não projetado para o futuro (como a promessa do partido político). Passou o momento em que se pensava no alcance de uma verdade única e, exclusivamente, pela via da razão, conforme Auguste Comte (1798-1857), no seu “Discurso sobre o espírito positivo”, de 1848. Simone Weil, assim, de modo prospectivo, sinalizara para o

ultrapassamento do paradigma político democrático para o de uma transfiguração política de cunho pós-moderno, para o melhor ou o pior.

PESSOA E SAGRADO

Finalizamos com Gianni Vattimo⁴. Especialista em Nietzsche e Heidegger, Vattimo percebe polarizações (aquilo de que tratamos aqui) no pensamento do autor de “Ser e tempo” e que, no nosso entender, reforçam a tese da “supressão” em Simone Weil. Conforme Vattimo, “o pensamento [de Heidegger] é definido como sendo polarizado entre a atenção ao indivíduo e as suas experiências mais profundas (a angústia, a morte) e a circunstância de pertencer ao mundo” (VATTIMO, 1998, p. 155). Esse mesmo dilema (trágico⁵ porque insondável e insolúvel) é tema do segundo texto de Weil, que vem na sequência de “Sobre a supressão...”, e que se intitula “A pessoa e o sagrado”. Weil refere-se, aqui, a uma ordem divina e impessoal, no sentido de libertar as pessoas, segundo ela, daquilo que as esmaga “sob o peso da injustiça, da mentira e da feiura” (WEIL, 2018, p. 72). Seu descontentamento com o modelo partidário é pelo fato de que ela não acredita, empiricamente falando, que o partido possa contribuir com a liberdade.

E Vattimo? Em termos gerais, discutimos este viés – a secularização - da sociedade pós-moderna (ou pós-industrial) nos seguintes termos de Vattimo: “[...] a dissolução do sacro que caracteriza o processo moderno de civilização” (VATTIMO, 2004, p. 35). O sacro, no caso desta resenha, tem sido o modelo de partido político tradicional, este ao qual se refere Weil. É mais ou menos consenso que estamos vivendo por um pluralismo cultural no momento em que, depois da oposição capital *versus* trabalho, o quadro já não apresenta referenciais tão nítidos como antes. O moderno, visto tanto como o de um desejo pelo novo quanto de viés ideológico, já não seduz. Do ponto de vista sociológico, um modelo perfeito de sociedade também já não satisfaz - a não ser como “ideal tipo” weberiano: a projeção de um modelo

⁴ No Brasil, Vattimo já publicou, além de “Depois da Cristandade” (2004), “Crer que se crê” (2018), “Não ser Deus. Uma autobiografia a quatro mãos” (2018), com Piergiorgio Paterlini, “O fim da modernidade. Niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna” (1996), “O sujeito e a máscara. Nietzsche e o problema da libertação” (2017), “Adeus à verdade” (2016), “A tentação do realismo” (2001), “Diálogo com Nietzsche” (2010) e “O futuro da religião. Solidariedade, caridade e ironia” (2006). Em língua portuguesa, ainda, “A sociedade transparente” (1992) e “Introdução a Heidegger” (1998), entre outros.

⁵ Segundo Nietzsche, trágico era o “dizer sim à vida” (1995, p. 65). E o suportar ser homem, um homem “também criador, decifrador de enigmas e redentor do acaso” (1995, p. 93).

para uma análise científica ou “tipos puros” na busca de uma “adequação de sentido” (WEBER, 2002, p. 33).

Assim, portanto, da mesma forma como Nietzsche proclamou a morte de Deus, tese que o qualifica como precursor da pós-modernidade (essa que Weil vislumbrara sem denominá-la nesses termos), não poderíamos, também, junto com Simone Weil, decretar, de uma vez por todas, o fim do partido político (*stricto sensu*) e seu respectivo endeusamento? Por quê? Porque sobre Deus assim disse Zaratustra: “Mas, quando ficou só, Zaratustra falou ao seu próprio coração: *Será possível? Esse velho santo, em sua floresta, ainda não soube que Deus está morto!*” (NIETZSCHE, 1998, p. 35). E foi por isso, também, que Nietzsche proclamou o *Übermensch*: “Dizia-se Deus; eu vos ensino a dizer *super-homem*” (1998, p. 114). É nada mais do que isso de que falam Simone Weil e Teixeira Coelho: a falência, *hic et nunc*, dos partidos políticos. E só.

Por:

Eduardo Portanova Barros, doutor em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pós-doutor pela Universidade do Vale dos Sinos, Rio Grande do Sul, Brasil e pela Université Paris Descartes - V Sorbonne, Paris, França. Pesquisador do Centre d’Etude sur l’Actuel et le Quotidien da Sorbonne, França e do Grupo de Pesquisa sobre Comunicação e Imaginário. Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil E-mail: eduardoportanova@hotmail.com

REFERÊNCIAS

COELHO, T. **Partido, cultura, futuro**. São Paulo: Iluminuras, 2018.

COELHO, T. **A cultura e seu contrário**. Cultura, arte e política pós 2011. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2015.

LYOTARD, J.F. Lisboa: **A condição pós-moderna**. Gradiva, 1989.

NIETZSCHE, F. **Vontade de potência**. Petrópolis: RJ, 2011.

NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra**. Um livro para todos e para ninguém. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

NIETZSCHE, F. **Ecce homo**. Como alguém se torna o que é. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NIETZSCHE, F. **A origem da tragédia**. Lisboa: Guimarães Editores, 2002.

VATTIMO, G. **Introdução a Heidegger**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

WEBER, M. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Centauro, 2002.

WEIL, S. **Sobre a supressão dos partidos políticos**. São Paulo: Iluminuras, 2018.